

Escala infantil de atitudes sociais em relação à inclusão¹

Child Scale of Social Attitudes toward Inclusion

Escala infantil de actitudes sociales hacia la inclusión

*Camila Mugnai Vieira**

*Sadao Omote***

*Luciana Ramos Baleotti****

*Maewa Martina Gomes da Silva e Souza*****

Resumo

O presente estudo descreve o processo de validação de uma escala denominada Atitudes Sociais em Relação a Inclusão – Escala Infantil (ASI-EI). Participaram 1063 estudantes do Ensino Fundamental, Ciclos I e II, de quatro regiões brasileiras, sendo 500 do sexo masculino e 563 do sexo feminino. Para a coleta de dados utilizou-se a ASI-EI, constituída por 20 itens, dos quais 10 expressam atitudes sociais favoráveis em relação à inclusão e outros 10, atitudes desfavoráveis. A ASI-EI foi aplicada coletivamente em salas de aula. O Test de *Student* e o de Qui-quadrado evidenciaram a adequação dos itens. A fidedignidade da escala também foi evidenciada pelo procedimento de *split half*. A análise da validade produziu inequívoca evidência de que a ASI-EI mede o fenômeno a cuja mensuração se destina. O trabalho desenvolvido resultou na construção de um instrumento válido e confiável para medir as atitudes sociais de estudantes do Ensino Fundamental em relação à inclusão.

Palavras-chave: atitudes sociais; inclusão; ensino fundamental.

Recebido em: 21/02/2022 – Aprovado em: 21/06/2022

<https://doi.org/10.5335/rep.v29i1.13072>

ISSN *on-line*: 2238-0302

* Doutora e pós-doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente da Disciplina de Psicologia e do Mestrado Profissional Ensino em Saúde da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA). E-mail: camilamugnai@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7564-6218>.

** Livre-Docente. Professor Titular aposentado do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2455-4529>. E-mail: somote@uol.com.br.

*** Professora Assistente Doutora, nível II, Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília. Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Instituto de Biociências, Unesp, campus de Rio Claro. Co-orientadora junto ao Programa de Pós-graduação em Design, UNESP, campus de Bauru. E-mail: luciana.r.baleotti@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3300-2075>.

**** Doutora e mestra em educação, na linha da Educação Especial pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus de Marília/SP. Professora na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. E-mail: maewa.martina@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4322-3100>.

Abstract

This paper describes the validation process of a scale called Social Attitudes toward Inclusion – Child Scale (ASI-EI). The study included 1063 Elementary School students, 500 males and 563 females, from four Brazilian regions. For data collection, the ASI-EI was used, consisting of 20 items, 10 of which expressing favorable social attitudes toward inclusion and another 10 unfavorable ones. ASI-EI was applied collectively in classrooms. Student t test and Chi-square test evidenced the adequacy of the items. The reliability of the scale was evidenced by the split half procedure. The validity analysis produced unequivocal evidence that the ASI-EI measures the phenomenon it is intended to measure. The study developed resulted in the construction of a valid and reliable scale to measure the social attitudes of elementary school students toward inclusion.

Keywords: social attitudes; inclusion; elementary school.

Resumen

Este estudio describe el proceso de validación de una escala denominada Actitudes Sociales hacia la Inclusión - Escala Infantil (ASI-EI). Participaron 1063 estudiantes de Educación Primaria, 500 niños y 563 niñas, de cuatro regiones brasileñas. Para la recogida de datos se utilizó el ASI-EI, compuesto por 20 ítems, 10 de los cuales expresan actitudes sociales favorables hacia la inclusión y otros 10 desfavorables. ASI-EI se aplicó colectivamente en las aulas. La prueba t de Student y la prueba de Chi-cuadrado evidenciaron la adecuación de los ítems. La confiabilidad de la escala también fue evidenciada por el procedimiento de *split half*. El análisis de validez arrojó evidencia inequívoca de que el ASI-EI mide el fenómeno que se pretende medir. El trabajo desarrollado resultó en la construcción de un instrumento válido y confiable para medir las actitudes sociales de los estudiantes de Educación Primaria en relación a la inclusión.

Palabras clave: actitudes sociales; inclusión; educación primaria.

Introdução

As mais variadas diferenças entre as pessoas e grupos de pessoas fazem parte integrante da vida normal de qualquer comunidade. No seu processo evolutivo e de socialização, as pessoas aprendem a respeito dessas diferenças e a lidar com elas, de tal sorte que se tornam familiares e são percebidas como fatos corriqueiros e normais da sua comunidade (VIEIRA; VIEIRA, 2020). Algumas diferenças, entretanto, chamam a atenção especial das pessoas, ocasionando reações que podem variar de curiosidade e atração até de temor e rejeição. As reações de temor e rejeição podem consolidar-se na forma de construção de um estigma e de exclusão das pessoas que apresentam essas diferenças.

Essa forma de tratamento de pessoas que apresentam diferenças consideradas abomináveis pode institucionalizar-se com tempo e ser aceita como procedimento rigorosamente normal, e talvez até correto. As crianças aprendem os diferentes padrões utilizados pela sua comunidade para lidar com essas diferenças, por meio de informações obtidas dos adultos com os quais convivem e daquelas veiculadas pelos meios de comunicação em geral, além de eventuais experiências de observação direta.

A curiosidade infantil com relação às diferenças humanas é imensa e frequentemente as crianças indagam os pais ou professores, mais por curiosidade que por medo. Dependendo do contexto, contudo, podem aprender a evitar as diferenças (COLEMAN, 1986). Os adultos podem não falar sobre o tema, não responder às perguntas das crianças e desviar o assunto quando questionados ou ainda transmitir concepções equivocadas, reproduzindo estereótipos e preconceitos. Por conseguinte, as crianças podem aprender que a diferença é motivo de constrangimento e que tem uma conotação negativa. Particularmente com relação à deficiência, aprende-se comumente que é algo “estranho”, do qual se deve afastar e sobre o qual não se deve perguntar ou falar (VIEIRA, 2006; VIEIRA; DENARI, 2007; SOUZA, 2014; VIEIRA, 2014; VIEIRA; VIEIRA, 2020).

Várias pesquisas têm se ocupado da investigação de concepções e atitudes de crianças sem deficiência em relação às deficiências e à inclusão, especialmente relacionadas ao contexto escolar. Em síntese, elas indicam um desconhecimento das deficiências por parte das crianças e, de modo geral, há assimilação de informações equivocadas ou falta de acesso a elas, possibilitando a criação de explicações fantasiosas e muitas vezes carregadas de estereótipos e preconceitos (VIEIRA; DENARI, 2007, 2014; SOUZA, 2014, 2019; CONCEIÇÃO, 2018).

A inclusão de pessoas com diferentes características historicamente excluídas vem ocupando posição de destaque nos debates em diferentes contextos sociais. Dentro dessa tendência, vem sendo realizadas pesquisas acerca da inclusão educacional de crianças e jovens, pertencentes à categoria do assim chamado público-alvo da Educação Especial (PAEE). Esta categoria se constitui de pessoas com diferentes deficiências, com transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades e superdotação (AH/SD).

Na Educação Básica brasileira, dados do censo escolar realizado em 2019 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que o percentual de alunos com deficiência, TEA ou AH/SD matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para todas as etapas de ensino (BRASIL, 2020).

Do ponto de vista da prática educacional, o aumento no percentual desses alunos em escolas regulares deve ser abordado de forma a priorizar a necessidade de vencer uma série de barreiras como a pedagógica, a arquitetônica e a de formação de recursos humanos. Diante disso, o governo brasileiro vem investindo na ampliação de políticas públicas que visam a remoção de barreiras arquitetônicas, acesso a tecnologia assistiva, professores intérpretes, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais, entre outras alternativas. Todas as adequações visam incorporar as diferenças e devem ser previstas e planejadas no projeto político-pedagógico de cada escola, e ser entendidas como elementos fundamentais para garantir o acesso aos bens educacionais, que, de outra forma, não seria possível para alguns dos alunos PAEE.

Nas pesquisas sobre a inclusão educacional, além das questões relacionadas diretamente à aprendizagem escolar dos estudantes que requerem intervenção diferenciada, como as suas características e os recursos e procedimentos de ensino destinados a eles, o seu entorno social tem merecido especial atenção. Nessa perspectiva, o entorno social particularmente importante é representado pelas classes frequentadas pelos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE). Portanto, os professores e colegas de classe constituem personagens importantes a serem consideradas nessa discussão.

O processo de construção da educação inclusiva não decorre automaticamente das adequações consideradas necessárias. As variáveis pessoais e sociais de todas as pessoas que compõem a comunidade escolar desempenham papel importante nesse processo. Uma dessas variáveis que vem sendo estudada para a compreensão de comportamentos sociais são as atitudes sociais em relação à inclusão (OMOTE, 2005, 2016, 2018).

As atitudes sociais se definem em relação a um determinado alvo, referido por objeto atitudinal e constituído por algum objeto social, como uma categoria de pessoas ou uma instituição social. Assim, pode-se falar em atitudes sociais em relação a pessoas com uma determinada deficiência ou em relação à inclusão (OMOTE, 2016, p. 1).

O estudo das atitudes sociais possibilita verificar o direcionamento das ações das pessoas em relação a determinados objetos sociais e permite que se façam inferências acerca de seu comportamento (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2007).

A compreensão das atitudes sociais em relação à inclusão escolar de crianças com deficiência é considerada um aspecto relevante na literatura da área (BALEOTTI, 2006; DE BOER; PIJL; MINNAERT, 2011; SOUZA, 2014; VIEIRA, 2014), uma vez que as atitudes podem influenciar a cooperação e o clima social em uma escola inclusiva (BURGE; OUELLETTE-KUNTZ; HUTCHINSON; BOX, 2008;

SIPERSTEIN *et al.*, 2011). A inclusão escolar bem sucedida depende, em grande parte, das atitudes sociais e da cooperação de todos os envolvidos: pais, alunos, professores, gestores escolares e aqueles responsáveis pelas políticas públicas (SIPERSTEIN *et al.*, 2011). Dentre estes, seguramente os professores e os alunos que compõem a classe representam personagens centrais no processo inclusivo no cotidiano escolar. Os estudantes com e sem NEE passam grande parte do tempo juntos, participando de atividades acadêmicas, sociais, culturais e de lazer, que ocorrem no contexto escolar. Mas, compartilhar o ambiente físico não significa que estejam ocorrendo interações sociais positivas entre eles.

Os professores têm papel especialmente importante nesse contexto, particularmente nas classes constituídas por crianças e adolescentes. Compreendendo que a formação desses professores se constitui em um importante determinante do sucesso para a construção da Educação Inclusiva, tem sido feitos investimentos na sua capacitação. Nessa capacitação, vêm sendo realizados estudos das atitudes sociais de professores em relação à inclusão, considerando que elas podem influenciar diretamente as ações docentes com relação à presença de estudante PAEE na sua classe, seja na formação inicial (MARINHO, 2016) seja na formação continuada (MENINOMENCIA, 2020).

De fato, esses apontamentos foram evidenciados em estudos realizados em escolas brasileiras, cujos resultados apontam que as atitudes sociais de estudantes com experiência de convívio com colegas PAEE não se diferenciam das atitudes sociais daqueles sem essa experiência (BALEOTTI, 2006; SOUZA, 2014). Estudos realizados na Alemanha, sugerem que o risco de crianças com deficiência serem rejeitadas por seus colegas é três vezes maior do que para crianças sem deficiência (HUBER, 2008 apud GERULLIS; HUBER, 2018; HUBER; WILBERT, 2012 apud GERULLIS; HUBER, 2018).

Estudar as atitudes sociais que as crianças sem deficiência têm em relação às crianças PAEE representa um elemento importante para a compreensão de fenômenos ligados a um ambiente acolhedor, incluindo a predisposição para a interação e para a aprendizagem conjunta em ambientes inclusivos (BUNCH; VALEO, 2004; LAWS; KELLY, 2005).

Para tanto, é necessária a utilização de instrumentos confiáveis de mensuração de atitudes sociais para a população infantil. Para Omote,

[...] a utilização de instrumento de mensuração confiável certamente poderá contribuir para o desenvolvimento de pesquisas empíricas, altamente necessárias hoje para ultrapassar as discussões meramente opinativas ou baseadas em alguns dogmas, e produzir conhecimentos científicos acerca da realidade social da inclusão (OMOTE, 2005, p. 37).

No Brasil, há carência de instrumentos dessa natureza. A disponibilidade de um instrumento consistente, culturalmente apropriado e confiável pode contribuir significativamente para os avanços na pesquisa acerca das atitudes sociais da população infantil frente à educação inclusiva. A construção de um instrumento de mensuração de fenômenos como atitudes sociais requer uma série de cuidados metodológicos para assegurar a confiabilidade dos dados coletados. Esse processo não é rápido, nem tampouco simples, e deve seguir diretrizes sólidas para que o instrumento seja validado para uso.

O grupo de pesquisa Diferença, Desvio e Estigma² vem realizando pesquisas sobre as atitudes sociais de estudantes do Ensino Fundamental em relação à inclusão já há algum tempo, considerando que estudos a seu respeito não têm acompanhado o crescente interesse pelas atitudes sociais de professores em relação à inclusão. Assim, foi iniciada a construção de um instrumento de mensuração destinado à avaliação das atitudes sociais de estudantes do Ensino Fundamental em relação à inclusão, o qual convencionou-se chamar de Escala Infantil de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ASI-EI), há quase duas décadas (BALEOTTI; OMOTE, 2003; BALEOTTI, 2020).

Esta escala vem sendo utilizada em alguns estudos (BALEOTTI, 2006; VIEIRA, 2006, 2014; CONCEIÇÃO, 2018; SOUZA, 2014, 2019) e, no decorrer do seu uso, sofreu algumas alterações, sempre em busca do seu aprimoramento. A escala, originalmente constituída de 27 itens, passou a ter 20 itens, dos quais 10 são favoráveis e 10 desfavoráveis à inclusão. Para uma avaliação e eventual alteração em busca de um instrumento confiável de avaliação das atitudes sociais de estudantes do Ensino Fundamental em relação à inclusão, o presente estudo retoma os dados de Vieira (2014) e Souza (2019) para a análise de propriedades psicométricas da ASI-EI, com a possibilidade de novas coletas de dados.

Sendo assim, foi propósito deste estudo analisar detalhadamente os dados da última etapa dessa trajetória de construção da ASI-EI para verificar a sua confiabilidade. Os objetivos específicos foram: 1. Proceder a análise de item com os dados coletados junto a estudantes do Ensino Fundamental; 2. Verificar a fidedignidade da escala e 3. Verificar a validade da escala.

Método³

São analisados os dados coletados junto a três amostras: A, B e C. Da amostra A participaram 516 estudantes do Ciclo I do Ensino Fundamental de uma cidade de médio porte da região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, sendo 268 do sexo masculino e 248 do sexo feminino. A amostra B foi constituída por 426 estudantes do Ensino Fundamental, sendo 222 do Ciclo I e 204 do Ciclo II, pertencentes a escolas de quatro regiões do Brasil⁴. Desse total, 198 eram do sexo masculino e 228, do sexo feminino. Da amostra C participaram 121 estudantes do Ensino Fundamental, do 3º ao 5º ano do EF, sendo 34 do sexo masculino e 87 do sexo feminino.

Foi utilizada a ASI-EI, constituída por 20 itens, sendo 10 positivos e 10 negativos. Cada item é constituído de um enunciado, acompanhado de três alternativas de resposta: “Sim”, “Não” e “Não Sei”. O participante da pesquisa precisa assinalar uma dessas alternativas com relação ao conteúdo do enunciado, que expressa alguma afirmação sobre deficiência, ensino de estudante com deficiência, convívio com colega com deficiência, etc. Um item é considerado positivo, se a concordância com a afirmação expressa atitudes sociais favoráveis, e considerado negativo, se a concordância expressa atitudes sociais desfavoráveis. A resposta “Não Sei” é assinalada quando o participante não compreender o enunciado ou não tiver opinião formada a respeito do assunto tratado. A ASI-EI é apresentada na Figura 1.

Preliminarmente, foram calculados os escores individuais, os quais foram utilizados para todas as análises realizadas. No cálculo dos escores individuais, à resposta a cada um dos 20 itens foi atribuída uma nota, sendo 1, 2 ou 3. A nota 1 foi atribuída para a resposta “Não” diante do item positivo e resposta “Sim” para o item negativo; a nota 3 foi atribuída para a resposta “Sim” diante do item positivo e resposta “Não” para o item negativo; a nota 2 foi atribuída para a resposta “Não Sei”, independentemente da valência do item. O escore foi calculado mediante a soma das notas atribuídas aos 20 itens. Portanto, o escopo da escala pode variar de escore 20 a 60.

Inicialmente, foi realizada a análise de item para identificar possíveis itens que não são suficientemente sensíveis para mensurar atitudes sociais diferentes na sua magnitude ou valência. Na análise de item, tradicionalmente tem sido utilizado o teste *t* de *Student*, o que foi feito no presente estudo, mas, adicionalmente, foi também utilizado o teste de qui-quadrado, que se revelou ser mais sensível em estudo anterior (OMOTE, 2005).

Para descrever as características psicométricas da ASI-EI, foram feitos cálculos para verificar a fidedignidade e validade da escala para cada uma das amostras separadamente. Para o estudo da fidedignidade, foi utilizado o procedimento de *split half*, no qual são comparados escores das duas metades da escala. Tradicionalmente, comparam-se a primeira metade dos itens e a segunda metade. Entretanto, considerando a possibilidade de, no decorrer dos itens da escala, ocorrer alterações no modo de responder dos participantes, em decorrência de variáveis como cansaço, aprendizagem ou outras tendências que se podem estabelecer, foi também comparada uma metade constituída por itens ímpares e outra metade constituída por itens pares (OMOTE, 2005).

No estudo da validade da escala, diferentes grupos foram comparados nas circunstâncias nas quais havia forte indício de diferenças nas atitudes sociais. Foram utilizados os testes de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney* nas comparações de grupos independentes e o teste de *Wilcoxon* nas comparações de grupos dependentes.

Resultados e discussão

Calculados os escores individuais da ASI-EI, inicialmente foram realizadas algumas comparações entre diferentes agrupamentos para verificar a possibilidade de reuni-los em grupos maiores.

Os participantes da amostra A eram alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de duas escolas. Assim, foram comparados os escores de participantes de

diferentes anos escolares, obtendo-se resultado que sugere a equivalência estatística entre os diferentes anos nas duas escolas. Foram reunidos os alunos dos cinco anos escolares para cada escola e foram comparados os escores de estudantes de uma escola com os da outra escola. Nesta comparação também foi obtida a evidência da equivalência estatística entre os grupos. Diante desses resultados, todos os participantes da amostra A compuseram um único grupo para fins de todas as análises realizadas para o estudo das propriedades psicométricas.

A amostra B era constituída por estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, pertencentes a várias escolas de algumas cidades representativas das cinco regiões do Brasil. Comparando os escores dos estudantes de diferentes anos escolares, diferenças estatisticamente significantes foram encontradas, sobretudo entre os do Ciclo I e os do Ciclo II, razão pela qual a amostra foi subdividida em dois grupos, o G1 constituído por estudantes do 1º ao 5º ano e o G2 constituído por estudantes do 6º ao 9º ano. Comparando os escores dos estudantes provenientes de diferentes regiões do País, diferenças expressivas foram identificadas entre os da Região Centro-Oeste e os das demais regiões.

A coleta de dados realizada em algumas escolas da Região Centro-Oeste foi especialmente complicada, com recusas e suspeitas da parte dos gestores e professores de algumas escolas, bem como resistência da parte de muitos responsáveis pelos estudantes para assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido. Decidiu-se, portanto, pela exclusão dos dados desta região na presente análise. As outras quatro regiões, uma vez que foi evidenciada a equivalência estatística, foram reunidas, formando dois grupos, o G1 e o G2.

A amostra C eram estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A análise preliminar indicou haver equivalência estatística entre os escores obtidos por estudantes dos diferentes anos, o que permitiu reuni-los num único grupo para fins de análise.

Para uma visualização geral e sintética dos escores de atitudes sociais obtidos por esses grupos de participantes, a Tabela 1 apresenta valores relativos ao tamanho dos grupos, a variação, representada pelo valor mínimo e valor máximo, mediana e dispersão, indicada pelos valores de quartil 1 e quartil 3. Considerando que os dados foram coletados em momentos diferentes, em diferentes escolas de diferentes regiões, para os propósitos do presente texto, não há interesse em proceder a comparação dos escores de diferentes grupos.

Tabela 1. Parâmetros estatísticos dos escores de ASI-EI.

Amostra/grupo	n	Varição (min-max)*	Mediana	Dispersão (Quartil1- Quartil3)
A	516	22-58	38	34-42
B1	222	13-60	45	40-51
B2	204	14-60	50,5	44-54
C	121	30-60	53	48-56

Fonte: elaborada pelos autores

*em alguns grupos a nota mínima foi menor do que 20 porque não foram excluídas crianças que deixaram alguns itens em branco.

No estudo da confiabilidade de uma escala, é preciso verificar inicialmente se cada um dos itens que compõem o instrumento mede adequadamente o fenômeno sob mensuração. Para tanto, foi feita a análise de item com os resultados obtidos de diferentes grupos, seguindo a sequência em que o instrumento foi aplicado a novos grupos em função do resultado encontrado nessa análise de item. Esse processo foi realizado até que todos os itens tivessem a sua capacidade discriminativa evidenciada.

Para a análise de item, o grupo é dividido em duas metades em função do valor mediano dos escores: grupo abaixo da mediana e grupo acima da mediana. As notas obtidas em cada um dos itens pelo grupo abaixo da mediana são comparadas com as notas do grupo acima da mediana. Se o item avalia bem, deve haver diferença estatisticamente significativa entre esses grupos, com a predominância de nota alta no grupo acima da mediana e de nota baixa no grupo abaixo da mediana. Tradicionalmente, essa comparação é realizada por meio do t de *Student*. Adicionalmente, foi também utilizado o teste de qui-quadrado, o qual se mostrou mais sensível que o t de *Student* (OMOTE, 2005).

Analisando os resultados do grupo A, não foi encontrada diferença significativa entre os grupos para os itens 5, 10 e 11, isto é, os enunciados não possuem sensibilidade suficiente para diferenciar quem tem atitudes sociais favoráveis daqueles cujas atitudes são desfavoráveis. Os enunciados originais eram: “O aluno com deficiência sempre precisa de ajuda na sala de aula” para o item 5, “As classes só para alunos deficientes deveriam acabar” para o item 10 e “A professora deve dar mais atenção para o aluno que é deficiente” para o item 11. Foi alterada a redação desses itens para “O aluno com deficiência não consegue fazer nada sozinho na sala de aula”, “Todos os alunos deficientes devem estudar na mesma classe que os alunos normais” e “Os alunos normais

devem reclamar se a professora der mais atenção para o aluno deficiente”, respectivamente.

Com a nova redação desses três itens, a escala foi aplicada para o grupo B1 e grupo B2. Procedendo ao competente cálculo, verificou-se que, nos itens 10 e 11, foi evidenciada diferença altamente significativa entre o grupo abaixo da mediana e o grupo acima da mediana ($p < 0,0001$ para o grupo B1, tanto no teste t de *Student* quanto no de qui-quadrado, e $p < 0,0001$ para o grupo B2, tanto no teste t de *Student* quanto no de qui-quadrado, em ambos os itens). Já no item 5, não foi verificada diferença significativa entre o grupo abaixo da mediana e grupo acima da mediana no grupo B1 e no grupo B2 em ambos os testes estatísticos ($p > 0,05$).

Em vista disto, a redação do enunciado do item 5 foi alterada para “O aluno com deficiência tem dificuldades para fazer atividade sozinho na sala de aula”. A escala foi aplicada, com essa nova redação do enunciado do item 5, para o grupo C. A análise indicou que, com a nova redação, o item 5 apresentou sensibilidade suficiente para diferenciar o grupo abaixo da mediana do grupo acima de mediana. A diferença entre os grupos é significativa, conforme test t de *Student* ($p = 0,0046$). No teste de qui-quadrado a diferença não chegou a alcançar o nível de significância ($p = 0,0937$), porém, em vista dos valores de p obtidos nos dois testes e considerando que o qui-quadrado se mostrou ser mais rigoroso nesse tipo de análise que o t de *Student* (OMOTE, 2005), habitualmente empregado em análise de itens, o item 5 foi considerado adequado.

Uma importante propriedade de um instrumento de mensuração é a sua fidedignidade, isto é, a sua consistência interna e replicabilidade. Um procedimento comum para a análise da fidedignidade é conhecido como *split half*, no qual habitualmente se comparam os escores da primeira metade com a segunda metade da escala. Considerando a possibilidade de haver alguma alteração no modo de resposta, decorrente de alguma ocorrência como a aprendizagem, fadiga ou viés próprio do respondente com tendência a concordar ou a discordar, além do procedimento de *split half*, foi utilizado adicionalmente um outro procedimento, que consiste em comparar os itens pares com os itens ímpares (OMOTE, 2005).

Foram utilizados os escores dos grupos B1 e B2, por abrangerem todo o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. No grupo B1, de estudantes do 1º ao 5º ano, foi evidenciada a equivalência da primeira metade com a segunda metade ($p = 0,0001$), bem como a equivalência entre os itens pares e ímpares ($p = 0,0008$). Semelhantemente, no grupo B2, de estudantes do 6º ao 9º ano, foi evidenciada a equivalência entre a primeira

metade e a segunda metade ($p = 0,0001$), assim como a equivalência entre os itens pares e ímpares ($p = 0,0001$).

Além de assegurar a fidedignidade da escala, é preciso verificar se ela mede de fato o que se pretende mensurar. Para tanto, podem ser utilizados dois procedimentos: aplicar a escala a dois grupos que, com base em outras evidências, apresentam fortes indícios de que se diferenciam em atitudes sociais. Isso foi amplamente evidenciado em alguns estudos que vêm utilizando a ASI-EI.

Brito (2011) investigou o meio atitudinal e interacional de quatro classes do 5º ano do Ensino Fundamental, sendo uma com aluno com síndrome de Asperger com pouco comprometimento, uma com aluno com síndrome de Asperger com maior comprometimento, inclusive com episódios de incontinência vesical, e duas classes sem aluno com qualquer tipo de comprometimento. Os resultados evidenciaram atitudes sociais em relação à inclusão significativamente mais favoráveis na classe, cujo aluno com síndrome de Asperger tinha pouco comprometimento. As demais classes não se diferenciaram entre si.

Nos estudos de Vieira (2006, 2014), foram utilizados procedimentos para mudança de atitudes sociais de estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escala infantil foi capaz de detectar mudança nas atitudes sociais como resultado da intervenção. Souza (2014, 2019) encontrou diferenças significantes nas atitudes sociais de estudantes do Ciclo I em relação a seus pares do Ciclo II do Ensino Fundamental. Conceição (2018) encontrou diferenças significantes nas atitudes sociais de estudantes do Ciclo I do Ensino Fundamental após a aplicação de programa informativo sobre inclusão. Assim, os estudos de Brito (2011), Vieira (2006, 2014), Conceição (2018) e Souza (2014, 2019) deixam inequívoca evidência de que a ASI- EI mede o fenômeno a cuja mensuração se destina.

Conclusão

A ASI-EI, escala destinada à mensuração de atitudes sociais de estudantes do Ensino Fundamental em relação à inclusão, na sua última versão, anexa ao presente texto, apresenta itens suficientemente sensíveis para, no conjunto, estabelecer distinção entre atitudes sociais favoráveis e as desfavoráveis. Nos dois procedimentos de *split half* empregados, comparação da primeira metade dos itens com a segunda metade e comparação dos itens pares com os ímpares, a escala mostrou fidedignidade e estabilidade. Por fim, a comparação dos escores de grupos suficientemente distintos e a comparação dos escores do mesmo grupo antes e após uma intervenção feita com o propósito de

mudar as atitudes sociais evidenciaram diferenças significantes, revelando que a escala mede aquilo que se pretende medir.

Apesar da relevância das atitudes sociais da classe em relação à inclusão, amplamente discutida, os estudos se referem principalmente às atitudes sociais dos professores. Esses estudos tiveram início e expressivo avanço na medida em que foi disponibilizada a Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão/ELASI, devidamente validada e padronizada, destinada para a mensuração de atitudes sociais de adultos. Semelhantemente, com a versão final da ASI-EI validada e padronizada, espera-se um avanço expressivo nas investigações sobre as atitudes sociais de colegas de classe no processo de construção da Educação Inclusiva.

Notas

- ¹ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 2018/24734-7. Os autores agradecem a colaboração de Adriana Alonso Pereira e Laura Rodrigues Yonemotu, que auxiliaram na organização das planilhas e nos cálculos estatísticos.
- ² Este grupo de pesquisa foi constituído em 1995 e encontra-se cadastrado nos Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- ³ Os projetos de pesquisa foram, na oportunidade, aprovados por Comitês de Ética em Pesquisa (processo 2.070.235 da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, e processo 101/12 da Faculdade de Medicina de Marília).
- ⁴ Por razões que serão expostas adiante, os participantes da região Centro Oeste foram excluídos desta análise.

Referências

BALEOTTI, Luciana Ramos; OMOTE, Sadao. Atitudes sociais de alunos do ciclo I do Ensino Fundamental em relação à inclusão: construção de uma escala infantil. In: *Simpósio em Filosofia e Ciência, 5 – Trabalho e conhecimento: desafios e responsabilidades das ciências*, 2003, Marília. Anais eletrônicos... Marília: UNESP Marília Publicações, 2003. 1 CD-ROM.

BALEOTTI, Luciana Ramos. *Um Estudo do ambiente educacional inclusivo: descrição das atitudes sociais em relação à inclusão e das relações interpessoais*. 2006. 183f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

BALEOTTI, Luciana Ramos. Escala infantil de atitudes sociais em relação à inclusão: trajetórias metodológicas. In: SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e; CONCEIÇÃO,

Aline de Novaes; PEREIRA, Adriana Alonso (Orgs.) *Atitudes Sociais em relação à Inclusão: da Educação Infantil ao Ensino Superior*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 55– 64.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: *Resumo Técnico*. Brasília, 2020 Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 21 out.2021.

BRITO, Maria Cláudia. *Síndrome de Asperger na Educação Inclusiva: análise de atitudes sociais e interações sociais*. Tese. 2011. 168f. (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

BUNCH, Gary.; VALEO, Angela. Student's attitudes toward peers with disabilities in inclusive and special education schools. *Disability & Society*, 19, pp. 61–76, 2004.

BURGE, Philip; OUELLETTE-KUNTZE, Helene; HUTCHINSON, Nancy; BOX, Hugh. A quarter century of inclusive education for children with intellectual disabilities in Ontario: Public perceptions. *Canadian Journal of Educational Administration and Policy*, 87, n. 3: 1–22, 2008.

COLEMAN, Lerita. Stigma: an enigma demystified. In: AINLAY, Stephen Charles.; BECKER, Gaylene.; COLEMAN, Lerita (Eds.). *The Dilemma of difference: a multidisciplinary view of stigma*. New York: Plenum Press, 1986. p. 211-231.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. *Construindo um ambiente inclusivo: estudo sobre mudanças de concepções de deficiências e atitudes sociais de crianças em relação à inclusão*. 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Formação de professores em Educação Especial e Inclusiva). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP.

DE BOER, Anke.; PIJL, Sip Jan; MINNAERT, Alexander. Regular primary schoolteachers' attitudes towards inclusive education: A review of the literature. *International Journal of Inclusive Education*, 15, n. 3: 331–53, 2011.

GERULLIS, Anita; HUBER, Christian. I agree to sit next to you. Does that mean I like you? Measuring using the wrong tapeline – the lack of 'Social Distance' measures for inclusive school development and research – a review of the literature. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v.18, n. 2, p.124–135, 2018.

LAWS, Glynis.; KELLY, Elaine. The attitudes and friendship intentions of children in United Kingdom mainstream schools toward peers with physical or intellectual disabilities. *International Journal of Disability, Development and Education*, 52, pp. 79–99, 2005.

MARINHO, Carla Cristina. *Concepções de estudantes de Pedagogia sobre Educação Inclusiva e Educação Especial e suas atitudes sociais em relação à Inclusão*. Dissertação. 2016. 127f.

Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

MENINO-MENCIA, Gislane Ferreira. *Influência de um programa de formação continuada sobre crenças e atitudes dos professores em relação a Educação Inclusiva*. Tese. 2020. 143f. (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP.

OMOTE, Sadao. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.11, n.1, p.33-48, 2005.

OMOTE, Sadao. Escala de Atitudes Sociais em relação à inclusão. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, n s1, 470–473, 2016.

OMOTE, Sadao. Atitudes sociais em relação à inclusão: recentes avanços em pesquisa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 21-32, 2018.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKY, Bernardo. *Psicologia social*. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SIPERSTEIN, Gary; PARKER, Robin; BARDON, Jennifer Norins; WIDAMAN, Keith. A national study of Chinese youths' attitudes towards students with intellectual disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, 55, n. 4: 370–84, 2011.

SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e. *Estudo evolutivo de concepções de crianças e adolescentes sem deficiência sobre as deficiências e suas atitudes sociais em relação à inclusão*. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP.

SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e. *Concepções de deficiência e atitudes sociais de crianças e adolescentes sem deficiência pertencentes a contextos sociais diferentes*. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP.

VIEIRA, Camila Mugnai. *Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: efeitos nas atitudes e concepções de crianças não-deficientes*. 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

VIEIRA, Camila Mugnai; DENARI, Fátima Elisabeth. O que pensam e sentem crianças não-deficientes em relação às deficiências e à inclusão: revisão bibliográfica. *Revista FAEEDA*, v. 16, p. 31-40, 2007.

VIEIRA, Camila Mugnai. *Atitudes sociais em relação à inclusão: efeitos da capacitação de professores para ministrar programa informativo aos alunos*. 2014. 183 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP.

VIEIRA, Camila Mugnai; VIEIRA, Priscila Mugnai. Crianças e inclusão: mudanças de atitudes sociais por meio de estratégias educativas lúdicas. *In*: SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e; CONCEIÇÃO, Aline de Novaes; PEREIRA, Adriana Alonso (Orgs.) *Atitudes Sociais em relação à Inclusão: da Educação Infantil ao Ensino Superior*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 12–29.